

# Em nome de Deus



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

A confusão entre guerra e religião é decisão perigosa. O mundo já experimentou essa mistura na época das Cruzadas, no século 14 e não deu certo. Mas o secretário de Defesa, ou de Guerra, dos Estados Unidos, Pete Hegseth, é religioso que coloca no mesmo nível conceitos de sua Igreja com a ação dos militares norte-americanos por todo o mundo. Ele se julga uma espécie templária rediviva, segundo suas próprias palavras. O secretário, voz ativa junta ao presidente Donald Trump, diz que a guerra demonstra a “força avassaladora” e a “capacidade incomparável” das Forças Armadas dos EUA de fazer chover morte e destruição sobre seus inimigos iranianos “apocalípticos”.

O secretário fez apelo público ao povo americano por um tipo específico de oração em tempos de guerra. Ele pediu que orassem pela vitória na batalha e pela segurança de suas tropas “todos os dias, de joelhos dobrados, com suas famílias, em suas escolas, em suas igrejas, em nome de Jesus Cristo”. Ele enquadrava as operações militares dos EUA no Oriente Médio, na África e na América Latina como algo maior do que a política externa. Frequentemente, o secretário afirma que os conflitos possuem base moral cristã e são divinamente orientadas.

Donald Trump já disse que “fui salvo por Deus para tornar a América grande novamente”. Hegseth

fala frequentemente do papel importante que sua fé desempenha em sua vida e na dos EUA. Ele orou ao “rei Jesus” na Casa Branca em jantar de fevereiro para governadores. No mês passado, falando a um grupo de emissoras majoritariamente evangélicas, descreveu os EUA como uma nação fundada em princípios cristãos. “Há uma linha direta dos Evangelhos cristãos do Antigo e Novo Testamentos até o desenvolvimento da civilização ocidental e dos EUA”, disse.

O secretário de Defesa dos Estados Unidos não hesita em mostrar a tatuagem no seu bíceps direito, a frase latina Deus vult, ou Deus quer. Essa frase, no corpo de secretário, está abaixo da imagem da Cruz de Cristo, aquela mesma que estava gravada nas velas das caravelas portuguesas quando do descobrimento do Brasil e do caminho das Índias. Ele define a atual guerra como efeito das Cruzadas, as guerras medievais implacáveis, em que guerreiros cristãos lutavam para manter abertos os caminhos para Jerusalém, que, na época, estava em poder dos muçulmanos.

Hegseth enxerga essas batalhas como o momento mais importante na história do mundo livre. Em seu livro *American Crusade (Cruzada americana)*, publicado em 2020, ele descreve as Cruzadas como “sangrentas” e “cheias de tragédias indescritíveis”, mas argumenta que se justificam porque salvaram a Europa cristã do ataque do islã. Ele afirma que “se não fossem as Cruzadas, não teria havido Reforma Protestante ou Renascimento. Não haveria Europa e não haveria América”. É uma visão preocupante da realidade norte-americana e das vítimas de seus bombardeios em todo mundo.

A Ordem dos Templários, ou dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, foi poderosa instituição religiosa criada por volta de 1119, após a Primeira Cruzada, com objetivo de proteger

peregrinos cristãos que viajavam à Terra Santa. Recebeu esse nome porque sua sede ficava próxima ao local do antigo Templo de Salomão. Os templários se tornaram extremamente influentes, porque recebiam doações de terras e dinheiro de reis e nobres. Eles criaram o primeiro sistema bancário do Ocidente. Através dele, os peregrinos podiam depositar dinheiro na Europa e sacar no Oriente.

A Ordem de Cristo foi uma ordem religiosa-militar portuguesa criada no início do século 14, diretamente ligada à história dos templários e às grandes navegações. Ela surgiu em 1319, em Portugal, durante o reinado de D. Dinis, logo após a extinção da Ordem dos Templários pelo papa Clemente V, em 1312. O Infante D. Henrique (Henrique, o Navegador) foi seu grão-mestre. Essa ordem financiou expedições marítimas. A famosa cruz vermelha nas velas das caravelas era seu símbolo. É a mesma que está tatuada no corpo do secretário de Estado dos Estados Unidos.

Os templários se tornaram muito ricos. O rei de França Filipe IV, que estava endividado com a Ordem, ao invés de pagar a dívida, mandou prender a turma. Todos foram acusados de heresia. Depois, torturados e executados. O último grão-mestre, Jacques de Molay, foi queimado vivo em 1319. Os templários eram católicos radicais. Nenhuma semelhança com Martinho Lutero e seguidores responsáveis pela reforma protestante, cujos efeitos forjaram o sistema institucional dos Estados Unidos.

Os argumentos do secretário de Estado fazem o mundo retroceder ao século 14 para justificar as barbaridades cometidas no Oriente Médio. Para os templários, não era pecado matar o mal, o malécideio, que significava liquidar muçulmanos. Das duas, uma: ou o secretário padece de obtusidade cômica ou de má-fé cínica.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## O peixe caro num país de mar imenso

Extensão costeira de mais de 7.400 quilômetros e uma zona econômica exclusiva que avança por centenas de milhas mar adentro deveriam, em tese, garantir ao Brasil uma abundância de pescado acessível à população. No entanto, a realidade que se impõe nos balcões de supermercados e peixarias é outra: peixe caro, muitas vezes inacessível, transformado em item ocasional na mesa de milhões de brasileiros. Episódios como o de uma simples posta de pescada amarela, com pouco mais de 100 gramas, sendo vendida por R\$ 89, deixam de ser exceção e passam a simbolizar uma distorção estrutural. Não se trata apenas de um problema pontual de preços, mas de um conjunto de falhas que, somadas, produziram um cenário em que um recurso abundante se torna escasso na prática.

Primeira camada dessa distorção está na própria estrutura da cadeia produtiva do pescado. Ao contrário de países que desenvolveram uma indústria pesqueira robusta, com logística integrada e políticas de incentivo claras, o Brasil ainda opera de forma fragmentada. Grande parte da pesca é artesanal, com baixa produtividade e limitada capacidade de armazenamento e distribuição. Essa característica, por si só, não seria um problema se houvesse infraestrutura adequada para escoamento e conservação. No entanto, deficiência crônica em portos pesqueiros, ausência de cadeias de frio eficientes e custos elevados de transporte encarecem o produto desde a origem. O peixe, altamente perecível, exige rapidez e tecnologia para chegar ao consumidor final com qualidade e cada falha nesse processo se traduz em aumento de preço.

Outro fator relevante é a carga tributária. Embora alimentos básicos tenham, em alguns casos, regimes diferenciados, o sistema tributário brasileiro permanece complexo e oneroso. Custos indiretos acumulam-se ao longo da cadeia, desde o combustível utilizado nas embarcações até a energia necessária para conservação e transporte. No final, o consumidor paga a conta. Também pesa a burocracia regulatória. Licenças ambientais, autorizações de pesca e regras muitas vezes inconsistentes ou sobrepostas criam um ambiente de insegurança para o setor. Evidentemente, a preservação ambiental é essencial, mas a ausência de políticas equilibradas, que conciliem sustentabilidade com produção, acaba desestimulando investimentos e reduzindo a oferta.

Enquanto isso, o país assiste ao crescimento da importação de pescado. Em vez de abastecer o mercado interno com sua própria produção, o Brasil recorre a fornecedores externos para suprir parte da demanda. Esse fenômeno revela uma contradição evidente: um país com vasto litoral que não consegue transformar seu potencial em oferta acessível. Há ainda o problema da concentração na distribuição. Grandes redes varejistas, com poder significativo de negociação, acabam influenciando preços e margens. Em muitos casos, o pequeno produtor ou pescador recebe valores reduzidos por sua produção, enquanto o consumidor final paga preços elevados. A diferença entre esses dois extremos evidencia distorções no funcionamento do mercado.

Ao longo do tempo, o consumo de pescado no Brasil permaneceu relativamente baixo em comparação com outros países costeiros. Essa menor demanda histórica contribuiu para a falta de investimentos estruturais no setor, criando um ciclo em que baixa oferta e alto preço se retroalimentam. Não se pode ignorar, ainda, o impacto do custo do combustível. A atividade pesqueira depende diretamente de embarcações, e o preço do diesel influencia de forma decisiva o custo final do produto. Oscilações nesse insumo afetam toda a cadeia, pressionando ainda mais os preços. Especialistas em economia do setor apontam que países que conseguiram democratizar o acesso ao pescado investiram em três pilares: infraestrutura, política pública consistente e integração de mercado. Sem esses elementos, a abundância natural não se traduz automaticamente em acessibilidade econômica.

No caso brasileiro, ausência de uma estratégia nacional clara para o setor pesqueiro contribuiu para o cenário atual. Políticas públicas, quando existem, tendem a ser fragmentadas, descontinuadas ou insuficientes para enfrentar desafios estruturais. Resultado é um paradoxo difícil de ignorar. Em um país com vastos recursos naturais, o peixe torna-se artigo caro. Em um território cercado por água, o acesso ao alimento que dela provém é limitado. E, em uma economia que busca crescimento, um setor com enorme potencial permanece subexplorado.

É preciso organização, investimento e políticas eficazes para que essa riqueza se converta em benefício real para a população. Enquanto essas questões estruturais não forem enfrentadas, cenas como a de um consumidor diante de um balcão, surpreso com o preço de um alimento que deveria ser comum, continuarão a se repetir. E o mar, imenso e generoso, seguirá distante da mesa da maioria.

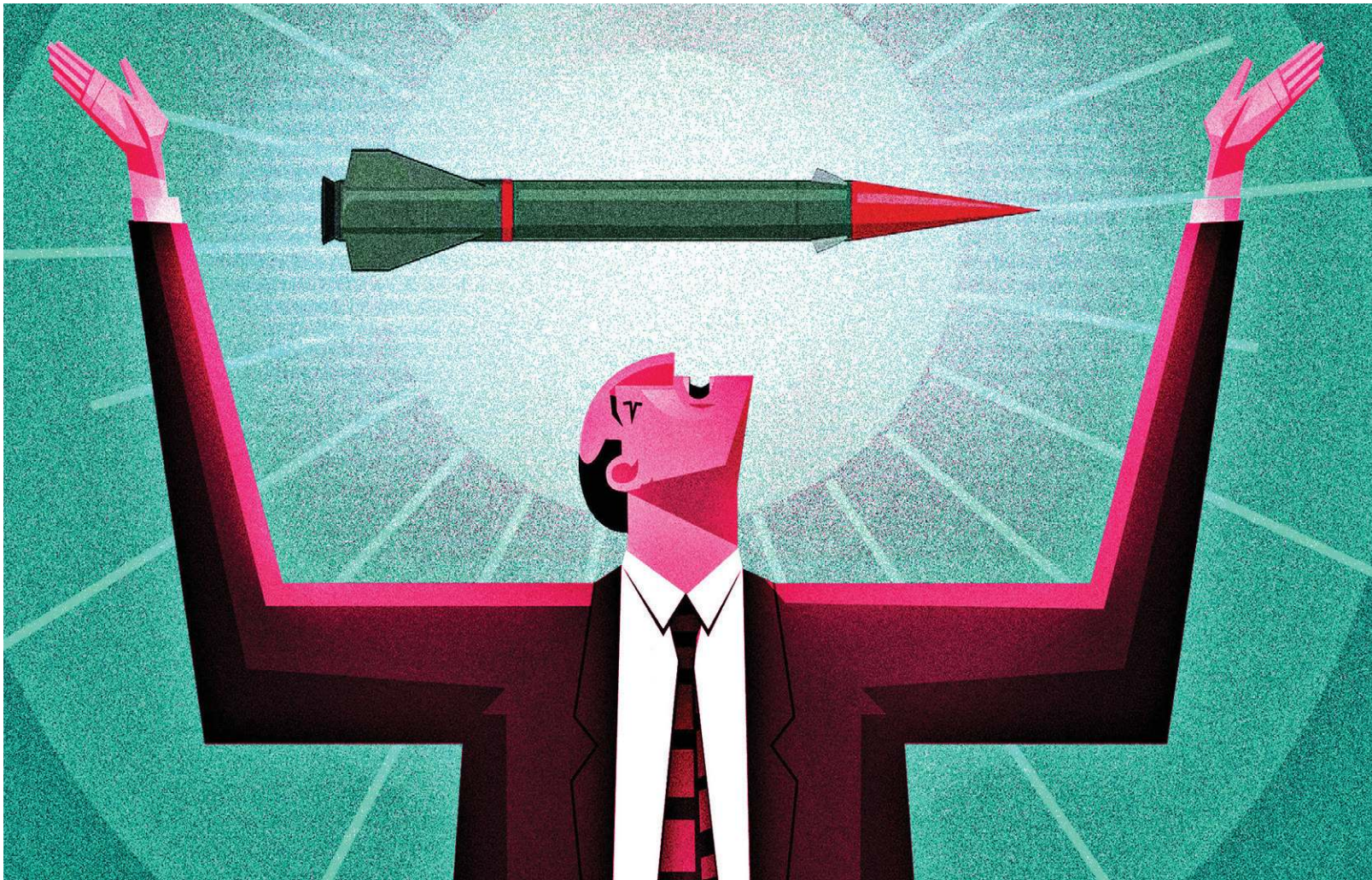
**A frase que foi pronunciada:**

“Se Deus quiser quando eu voltar do mar/ Um peixe bom eu vou trazer.”

## História de Brasília

O ministro da Fazenda, que estava com viagem marcada para Brasília hoje à tarde, chegará cedo, para organizar um esquema de pagamentos e liberação de verbas. (Publicada em 17. 05.1962)

Maurenilson Freire/CB/DA Press



## 21 de março exige ação concreta contra a desigualdade racial



» ERNANDES MACÁRIO  
Especialista em educação integral, cidadania e inclusão social pela UFRPE, com MBA em gestão de negócios pela USP

O Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, celebrado no último 21 de março, não pode se resumir a gestos simbólicos. No Brasil, precisa ser um momento de cobrança real, especialmente quando observamos o mercado de trabalho. Somos o país com a maior população negra fora da África. Segundo o IBGE, pessoas pretas e pardas representam cerca de 56% dos brasileiros. Ainda assim, os indicadores revelam desigualdades profundas.

Dados recentes da PNAD Contínua mostram que a taxa de desemprego entre pessoas negras segue maior que a de pessoas brancas. Mesmo com a redução geral do desemprego, o desequilíbrio persiste. A renda média reforça o abismo: trabalhadores negros recebem, em média, pouco mais de 60% do rendimento dos brancos.

O quadro se agrava nas posições de liderança. Pesquisas indicam que menos de 10% das posições executivas em grandes empresas são ocupadas por pessoas negras. Nos conselhos de administração, o percentual é ainda menor. Ou seja, embora sejam maioria na população, seguem minoria nos espaços de decisão econômica.

Isso não é acaso: é herança de um processo histórico que o país nunca enfrentou de forma estruturada. A abolição da escravidão não veio acompanhada de políticas de inclusão ou reparação. O resultado foi a perpetuação de um ciclo de exclusão que atravessou gerações. O racismo, hoje, atua de modo mais sofisticado — nas barreiras sutis à ascensão profissional, nas redes limitadas de relacionamentos e na ausência de representatividade em posições estratégicas nas empresas de grande porte e nas instituições mais prestigiadas.

O racismo no Brasil é estrutural: não depende apenas de atitudes individuais, mas se reproduz nas práticas institucionais e nos critérios informais que mantêm privilégios históricos para a elite branca.

A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, foi um marco importante. Porém, mais de uma década depois, o desafio continua sendo transformar princípios em ação concreta. Sem metas, mecanismos de acompanhamento e transparência nos dados, a igualdade segue mais como discurso que como realidade.

O avanço recente das pautas ESG (sigla em inglês para as áreas de meio ambiente, social e governança) ampliou o debate sobre responsabilidade social e diversidade nas empresas. Segundo a Anbima, mais de 80% dos gestores já incorporam critérios ambientais, sociais e de governança em suas decisões. A inclusão racial entrou na agenda, mas ainda de forma tímida.

Criar comitês ou campanhas internas é um passo, não a chegada. É preciso definir metas mensuráveis para cargos de liderança, investir na

formação de talentos negros e divulgar resultados com transparência. Estudos internacionais mostram que empresas com maior diversidade étnica em posições estratégicas apresentam melhor desempenho financeiro e maior capacidade de inovação. Promover inclusão, portanto, não é só uma exigência moral — é uma decisão inteligente do ponto de vista econômico.

Eliminar a discriminação racial no mercado de trabalho não significa criar privilégios, e sim corrigir distorções históricas que impedem o pleno desenvolvimento do país. Se mais da metade da população está sub-representada nos espaços de poder econômico, há um problema estrutural que precisa ser enfrentado com seriedade.

O 21 de março deve inspirar perguntas objetivas: quantos profissionais negros ocupam cargos de direção? Quantos estão nos conselhos? Quantos são preparados para posições estratégicas? Sem dados públicos e metas claras, não há transformação real. O Brasil possui base constitucional, leis específicas e compromissos internacionais pela igualdade racial. O que falta é transformar essas diretrizes em prática contínua, monitorada e mensurável.

A desigualdade racial no mercado de trabalho não é apenas uma questão social — é um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à maturidade institucional do país.

A história ensina que avanços não nascem da inércia, e sim da decisão. Outros 21 de março virão. Que sejam menos um dia de retórica e mais um marco de responsabilidade e ação, em direção a um Brasil onde talento e competência não tenham cor.